

FIM DO ALIMENTO BARATO: ressurreição do fantasma malthusiano ou manifestação do mito do desenvolvimento econômico¹

José Sidnei Gonçalves²

1 - QUESTÃO DO ABASTECIMENTO E DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS: um debate recorrente no processo de desenvolvi- mento capitalista

A questão dos preços dos alimentos mostra-se crucial para as sociedades, uma vez que envolvem elementos ligados à sua própria sobrevivência. Tanto é, que na discussão sobre os papéis da agricultura no desenvolvimento econômico, na abordagem tradicional da agricultura, está presente a questão de produzir alimentos e matéria-prima para toda a economia, com o que estariam sendo cumpridas funções da agricultura nas transformações econômicas (JOHNSON; MELLOR, 1961). As discussões sobre os preços dos alimentos surgem nas crises de carestia, como a dos anos 1960, integrando a vertente agrícola da questão agrária em que estava presente no centro dos debates o problema da carestia associada aos preços dos alimentos. Nos anos de 1980, esse fenômeno estava associado ao debate em torno da dicotomia derivada do *locus* da formação de preços que dividia os produtos agropecuários entre exportáveis e domésticos.

Nos anos 1960 o diagnóstico era que embora tenha a produção alimentar do país, em termos gerais, acompanhado o seu crescimento demográfico, há períodos que não o faz, há produtos essenciais que passam alguns anos sem o fazer e o crescimento da população urbana tende a originar ou a agravar o problema do abastecimento, pelo menos no que se refere a alguns produtos em determinados períodos (FRAGA, 1960).

Quanto à renda individual,

verifica-se que houve um aumento real e nítido nessa renda, a qual deve necessariamente refletir-se num aumento *per capita* do consumo

alimentar. Num país subdesenvolvido como é o nosso, em que o déficit alimentar é sabidamente grande, o desvio desse aumento de renda real para o consumo de alimentos é sempre bastante acentuado. A conclusão (...) é que tem razão os que reclamam contra a carestia e que existe entre nós o problema do abastecimento, mormente na grandes cidades, muito embora ele varie de intensidade dum para outro período e também segundo o grupo de produtos (FRAGA, 1960).

Nesse debate, os defensores da reforma agrária colocavam que há necessidade de aproveitamento daquilo que se tem de sobra, a mão-de-obra excedente no campo e a terra inculca, retida pela propriedade latifundiária. Quebrado o monopólio da terra, permitido o acesso à terra da imensa massa camponesa subutilizada, existente no interior rural, poder-se-ia dobrar, mesmo pelos critérios rotineiros, sem grandes investimentos, em dois ou três anos, a produção agrícola, matando definitivamente a fome crônica das populações e liberando, ainda, quantidades apreciáveis para os mercados de exportação (SCHILLING, 1980).

A solução deveria, nessa ótica, ser buscada na redistribuição da posse da terra como pletora de condicionantes de outras transformações estruturais.

Mas outros associavam o problema dos preços dos alimentos à ausência de mudanças produtivas modernizando a produção no campo. Ainda no final dos anos de 1940, Ruy Miller Paiva argumentava que a agropecuária paulista, que era a mais importante do Brasil, não teria respondido preços com compatível aumento da oferta. Para esse autor,

esta incapacidade de aumentar a produção em resposta a melhorias de preços é a inelasticidade da oferta (...) e se São Paulo quiser no futuro consumir a mesma quantidade de alimentos, os preços terão que ser bem mais elevados (PAIVA, 1949).

A solução para esse problema dos alimentos

¹Registrado no CCTC, IE-01/2012.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: sydy@iea.sp.gov.br).

estaria na modernização da agropecuária, utilizando como estímulo o crédito facilitado para uso de insumos e máquinas que multiplicassem a produtividade da terra e do trabalho, e a política de preços remuneradores que levassem à estabilidade de renda no campo, assim estimulando o investimento.

É preciso pontuar aqui que foi exatamente esse o fulcro das políticas públicas para agropecuária brasileira executadas a partir da metade dos anos 1960, ou seja, modernizar para evitar as reformas estruturais. Registre-se que, em plena ocorrência desse debate, Ignácio Rangel já formulava explicações e por isso mesmo propugnava por caminhos distintos para solucionar os constrangimentos da carestia de alimentos. Ainda que defendesse reformas estruturais, colocava que a questão agrícola poderia ser equacionada sem a reforma agrária, pois

a escassez de certos bens agrícolas, suscitando uma anomalia na estrutura de oferta agrícola (...), embora interessante ao problema agrário propriamente dito, define-se como um problema agrícola, susceptível de solução independentemente da mudança da estrutura agrária.

Para ele a

aplicação consequente da política de preços mínimos, organização sistemática do crédito agrícola com apoio na rede já criada de silos e armazéns e expansão dessa rede com o fito de fortalecer o produtor contra a intermediação e de desobstruir os canais de comercialização dos produtos, afastando assim a causa principal das anomalias da estrutura de oferta agrícola (RANGEL, 1962).

Na década de 1980, quando recrudescia o problema da carestia, ressurgiu no horizonte a questão dos preços dos alimentos com contornos diferentes. Trata-se da dicotomia exportáveis-domésticos. José Roberto Mendonça de Barros, no final dos anos de 1970, analisando a tendência da produção de alimentos (domésticos) em contraponto aos exportáveis, em função das políticas públicas para a agropecuária brasileira, pontuava que

a análise da política agrícola e das taxas de crescimento da produção e da produtividade sugere que a agricultura brasileira pode ser, hoje, dividida em dois subsetores: doméstico e exportável. A distinção entre os dois grupos é feita na hipótese de que, no primeiro (produtos domésticos), os preços e as decisões de plantio

dependem da demanda local e da política do governo. No grupo exportável, admite-se que, além de fatores locais, o mercado internacional sinaliza e determina de forma importante a alocação e o crescimento da produção. Vale observar que os dois grupos de bens concorrem pelo mesmo mercado de fatores mas têm um peso diverso na estrutura de consumo, no sentido de que os bens domésticos são mais relevantes na composição da cesta de consumo popular do que os bens exportáveis (MENDONÇA DE BARROS, 1979).

Nesse movimento de recorrência do debate dos preços dos alimentos focando a dicotomia exportáveis-domésticos, era destacada a crítica das políticas públicas para a agropecuária colocando que as mesmas estariam reforçando o aprofundamento das diferenças de ritmo do progresso técnico. Outro interveniente relevante nessa discussão, Fernando Bento Homem de Mello, argumentava que uma dupla pressão impactava a produção agropecuária, qual seja o problema crescente do balanço de pagamentos, que define a prioridade para a exportação, e o inadequado abastecimento interno que provocava a elevação dos preços dos alimentos piorando os níveis nutricionais da população (HOMEM DE MELLO, 1980, 1982). Nos anos de 1980 verifica-se no Brasil uma explosão de movimentos sociais associados à carestia dos alimentos, que tomaram conta das periferias das grandes cidades brasileiras dando vigor a esse debate em torno da questão agrícola, ressurgida na dicotomia exportáveis-domésticos, cujo âmago estaria no ritmo do progresso técnico e na necessidade de geração de divisas via exportação que determinavam as condições de oferta.

Mais uma vez intervindo nesse debate, Ignácio Rangel colocava que

a comercialização dos produtos agrícolas no Brasil obedece a dois critérios diferenciados: trata-se de produtos de exportação ou de produtos para o mercado interno. No primeiro caso, vamos encontrar condições estimulantes para a produção, ao passo que no segundo predominam condições depressivas, as quais respondem por uma oferta aleatória e insuficiente, que os ortodoxos estudam como prova do abandono da agricultura, ao passo que os estruturalistas definem como fruto de uma hipotética inelasticidade da oferta agrícola (...) nem há tal abandono nem há tal inelasticidade (...) tudo

depende das condições concretas de comercialização do produto.

E pontuava que "se aplicados à produção para o mercado interno, regularizariam facilmente o abastecimento" (RANGEL, 1986). Noutras palavras, o que o autor estava aduzindo era que o próprio desenvolvimento capitalista em curso, ao espriar-se para todo o espaço da produção agropecuária, acabaria por atingir também a produção de alimentos domésticos que incorporariam as mesmas condições dos produtos exportáveis.

2 - CRESCIMENTO DA AGRICULTURA COM PREÇOS CADENTES: desempenho econômico sustentado no aumento das produtividades agropecuárias

A crise de carestia dos alimentos do final dos anos de 1970 e entrada da década de 1980 se manifestou em pleno esgotamento do padrão de financiamento baseado no crédito rural subsidiado que havia protagonizado o intenso incremento da modernização agropecuária centrada na incorporação de insumos e máquinas ao processo produtivo. Desse modo, mais que a crítica à opção das políticas setoriais para privilegiar um grupo de produtos em relação a outro, deslocando parcelas de recursos alocados em produtos exportáveis para atendimento dos denominados produtos domésticos, havia que ser engendrada a construção das bases de um novo padrão de financiamento. E com limites fiscais objetivos que reduziram as possibilidades de intervenção pública, o financiamento da produção se dá com recursos privados. Num primeiro movimento na linha de construção do novo padrão de financiamento, vieram os contratos soja-verde. Os créditos informais prazo safra das agroindústrias de insumos (em especial sementes e agroquímicos - fertilizantes) que se iniciaram na primeira metade dos anos 1980 multiplicaram-se na segunda metade da década, o que culminou com a primeira supersafra (a de 1989) (GONÇALVES et al., 2005).

Esse processo somente pode ser entendido se compreendida a profundidade da mudança verificada nos anos de 1970, quando no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foram internalizadas as plantas industriais de insumos e máquinas e as agroindústrias

processadoras e de alimentos, além da revolução da estrutura de mercado e formação de preços com a consolidação dos espaços de influências das *trading companies* e das redes de supermercados. Essas estruturas do novo fluxo produção-consumo decorrente do padrão agrário da Segunda Revolução Industrial, em especial as agroindústrias e as *trading companies*, na ausência de volumes suficientes de recursos oficiais de crédito rural, passaram a engendrar mecanismos de financiamento direto aos agropecuaristas, capazes de sustentar a demanda para as estruturas agroindustriais construídas no período anterior. Esse processo - mais que os antes denominados produtos exportáveis, como a soja, milho e algodão - incorporou produtos relevantes do mercado doméstico, como o feijão, o trigo e o arroz (GONÇALVES, 2005a).

Esse movimento foi estratégico para o aprofundamento das transformações, praticamente equalizando o nexos estratégico do novo padrão agrário - agroquímicos e mecanização - para conjunto amplo de lavouras - e no momento seguinte das criações avícolas depois as suínas e as bovinas -, praticamente eliminando a sustentação da antiga dicotomia exportáveis-domésticos. Na metade dos anos 1990, alterações de padrões regulatórios, como a legislação de direitos de propriedade intelectual (Lei Federal n. 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial) e principalmente a criação da Cédula de Produto Rural (CPR) (Lei Federal n. 8.929, de 22 de agosto de 1994), viriam ampliar as possibilidades dos mecanismos gestados durante a década de 1980. No final dos anos 1990 a mudança do regime cambial de fixo para flutuante e a transformação da CPR em título financeiro pleno com a possibilidade de liquidação financeira solidificaram as bases desse novo padrão de financiamento. Mais à frente, o lançamento de novas famílias de títulos financeiros (Lei Federal n. 11.076, de 30 de dezembro 2004) consolidaram esse processo. Essa mudança estrutural do aparato regulatório interno - associada a outras políticas públicas, como as comerciais que ampliaram a abertura da economia brasileira - eliminou entraves para a irradiação do novo padrão de financiamento (GONÇALVES, 2005b).

Esse processo sepultou a argumentação que sustentava a dicotomia exportáveis-domésticos na medida em que *trading companies*

internacionais passaram a hegemonizar também fluxos de produção-consumo tipicamente voltados para o mercado interno, como o do arroz e o do feijão. Destaca-se que essa irradiação encerra enorme regressividade, uma vez que não se explica pela geração de novas inovações e sim pela irradiação dos padrões modernos com a eliminação de produtores com padrões tecnológicos inferiores (produtividade média cresce e a produtividade teto se mantém), como no caso do algodão que passou da produção meridional para os cerrados (GONÇALVES; RAMOS, 2007). Os impactos na produção agropecuária brasileira são inequívocos, notados desde os anos de 1980, ainda que numa economia com taxas de crescimento reduzido (e por isso mesmo gerando menor pressão de demanda). Nos anos de 1990 há políticas de investimento em maquinaria cada vez mais potente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em linha com os avanços dos recursos de custeio pelos mecanismos de venda antecipada de safra (lastreadas em títulos financeiros ou outras modalidades) que permitiram avanços expressivos da produção agropecuária.

O estudo de Gasques e Villa Verde (1990) revela que a agropecuária cresceu a taxas elevada nos anos 1980, dado o elevado crescimento do rendimento agrícola, fruto da consolidação da modernização e de alterações na composição da produção. Para Dias (1988), a agropecuária, ao racionalizar a produção a produtividades crescentes, contribuiu positivamente para o ajuste econômico com elevação generalizada da produtividade não associada a uma determinada cultura e não alavancada pela dicotomia exportáveis-domésticos em função da participação estável do valor exportado no total do valor da produção agropecuária. E tal crescimento ocorreu a preços reais decrescentes por maior queda nos custos operacionais de produção, gerando margens de remuneração elevadas para a maioria dos produtos (GASQUES; VILLA VERDE, 1990). Conforme mostra Dias (1988), na época o

sistema est[ava] respondendo ao processo de ajustamento com métodos de racionalização da produção, produtividade crescente e, por fim, competitividade nos mercados internacionais.

Isso em uma realidade em que progressivamente foram sendo abandonadas as políticas de sustentação da demanda por insumos e máquinas dos

anos de 1970.

E esse processo - em que a modernização da agropecuária catapultou a produção de alimentos e matérias-primas - continuou nos anos seguintes.

O crescimento do produto agropecuário entre 1975 e 2007 foi de 240,64% (...). O crescimento da produtividade tem sido o principal fator responsável pelo crescimento da agricultura nos últimos anos. No período 1975 a 2007, cerca de 90% do crescimento do produto da agropecuária pode ser atribuído ao aumento da produtividade. No período de 2000 a 2007, 87% do crescimento do produto tem sido uma contribuição da produtividade (...). O Índice de Produtividade Total dos Fatores (PTF) no período de 1975 a 2007, passando de 100 para 284,11. Significa que a produtividade cresceu 184,11% no período (GASQUES; BASTOS; BACCHI, 2008).

Esses indicadores colocaram a agropecuária brasileira em patamares compatíveis com as mais dinâmicas do mundo, como a norte-americana. E esse sucesso absoluto das transformações estruturais produziu a superação dos estrangulamentos da oferta de alimentos, com o que os preços recuaram e o acesso à comida deixou de ser problema de produção para ser um problema de renda.

Destravados os estrangulamentos limitadores da dinâmica agrícola, os preços agropecuários brasileiros, em especial dos alimentos, reduziram-se de forma expressiva, incorporando tendência verificada em toda economia mundial. Tanto é que, no contexto internacional, a história da agricultura no século XX foi ditada pelo lado da oferta, que produziu uma queda expressiva dos preços dos alimentos em valores constantes, variando de 3 a 8 vezes conforme o produto no período 1913-2000 (MENDONÇA DE BARROS, 2011). A internalização dessa tendência na economia brasileira pode ser vista na análise da evolução dos dispêndios da família paulistana com a cesta média de alimentos³, em que se

³Na análise do comportamento dos preços dos alimentos são utilizados os indicadores da cesta de mercado do Instituto de Economia Agrícola (IEA), disponível desde o início dos anos de 1970. Essa cesta de mercado calcula os dispêndios da família paulistana com alimentos captando a evolução dos preços de alimentos para a cidade de São Paulo. A metodologia e os dados até 1988 estão disponíveis em Santiago et al. (1990). Para os anos de 1989 a 2010, foram consultados os Anuário de Informações Estatísticas da Agricultura (Anuários IEA) e para

pode perceber a magnitude das mudanças estruturais verificadas na irradiação para todo universo agropecuário do padrão agrário dominante nos anos de 1980 (Figura 1).

Essa é exatamente a resposta agropecuária à crise dos anos de 1980. Nessa crise, em que proliferaram movimentos contra a carestia face aos preços dos alimentos, é revelado um dos aspectos pouco pontuados do desempenho setorial, levando à queda de 67,9% em valores constantes no período 1984-1990 (dispêndio mensal médio de R\$1.377,47 em 1984 para R\$550,77 em 1990). Nota-se que após queda e refluxo altista no período 1990-1994 (quando atinge R\$516,50 mensais), a estabilização econômica leva a novo ciclo de queda no período 1994-2001 (alcança R\$381,06 mensais). No período mais recente (2001-2011) nota-se reversão da tendência dos preços (soma R\$512,45 mensais). A loucura dos indicadores inflacionários do período 1980-1994 turvou a verificação objetiva desse desempenho estrutural importante da agropecuária brasileira nos anos de 1980. Esse indicador confirma nos preços do varejo paulistano a queda verificada nos preços agropecuários na ponta da produção (GASQUES; VILLA VERDE, 1990).

Esse resultado vem no mesmo sentido do obtido por José Roberto Mendonça de Barros e Juarez Baldini Rizzieri que, levantando a temática de forma pioneira, mostraram a fantástica queda dos preços agropecuários entre janeiro de 1975 e maio de 2006.

Os alimentos foram realmente ficando baratos. Os resultados são extraordinários: durante 25 anos os preços reais de alimentos de uma cesta significativa caíram, em média, 5% ao ano. É certo que uma redução de preços de tamanha magnitude é resultado de um conjunto de fatores. Entretanto, sem uma forte elevação da produtividade, que evidentemente resulta em boa parte dos efeitos da pesquisa, seria impossível aos agricultores absorver tais reduções de preços sem uma ruptura na oferta. A produção

brasileira de grãos passou de 1.258 quilos por hectare na safra 1976/77 para 3.274 quilos na safra 2010/11 (MENDONÇA DE BARROS; RIZZIERI, 2011).

Apesar de destacarem os impactos da pesquisa colocam que

nem toda queda de preços no varejo decorre da pesquisa, por exemplo, melhoras na organização da produção, na qualidade do empresário agrícola e da mão de obra e no sistema de comercialização podem levar a alimentos mais baratos (MENDONÇA DE BARROS; RIZZIERI, 2011).

O fato consiste em ocorrer ganhos expressivos de produtividade no mesmo momento em que os preços agropecuários recuaram de forma expressiva.

Quanto aos ganhos de produtividade, há que se destacar que o conhecimento gerado na pesquisa e desenvolvimento para a agricultura, em especial os relacionados aos incrementos dos rendimentos a partir do melhoramento genético, levam anos para a adoção em níveis elevados pela generalização de processos de inovação no campo. Os ganhos de produtividade foram relevantes para culturas alimentares como o feijão (GONÇALVES; NEVES; GONÇALVES, 2007), além de outras culturas, com impactos diretos nos preços, uma vez que a maior proporção dos ganhos foi apropriada pelos consumidores (SILVA, 1992). Mas, a partir da década de 1980 em diante, na verdade, o período se materializava em inovações de conhecimento produzidas nas décadas anteriores, que agora atingiam proporção mais elevada nas áreas de lavouras dada a irradiação do padrão agrário. Destaca-se que para as principais lavouras e criações as inovações foram derivadas da internalização de resultados pelas empresas, como o ganho expressivo de participação no mercado das sementes selecionadas das multinacionais, que praticamente substituíram os materiais públicos os quais foram dominantes nos anos de 1970.

Para milho, soja, algodão e outras culturas, esse processo envolveu mudanças radicais em função do novo padrão de financiamento do custeio baseado na venda antecipada alterar a lógica da produção agropecuária que, mais que vender para poder plantar (inversa à realidade anterior de plantar para poder vender), correspondia à compra casada de insumo, dado que para baratear custos financeiros o agropecuaris-

2011 o banco de dados do IEA disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>> (IEA, 1990-2011). Antes do cálculo dos índices os valores da cesta de mercado para produtos alimentares foram deflacionados pelo índice de Custo de Vida da Cidade de São Paulo (ICV-SP) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), refletindo valores constantes médios de setembro de 2011.



Figura 1 - Evolução dos Índices de Preços de Alimentos ao Consumidor Paulistano, Médias Anuais para a Cesta de Mercado, São Paulo, 1970-2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

tas faz venda antecipada associada à compra de insumo prazo safra. A própria seleção da clientela realizada pelas agroindústrias e *trading companies* envolvidas levou à eliminação da produção com padrão tecnológico inadequado, processo que produziu elevação da produtividade média independente da existência da disponibilidade de novas inovações que explicassem a raiz do progresso técnico. Ademais, a maioria dos processos mais expressivos em muitas culturas não foi resultado do melhoramento genético, como o adensamento do plantio no café e nas frutas, a redução da idade média do abate no frango de corte e nos bovinos de corte e a tecnologia de tratamento da soqueira que permitiu a elevação do número de cortes da cana industrial para cada área de cana plantada de três para a média de cinco cortes, chegando em alguns espaços a sete cortes.

Em outras palavras, as inovações tecnológicas da pesquisa e desenvolvimento públicos existiram e foram importantes, mas de forma alguma explicam a plenitude dos ganhos de produtividade verificados. No plano estrutural, há que se destacar a crise do padrão de financiamento na ausência de políticas públicas de crédito com recursos fartos e baratos, levando ao esforço das estruturas privadas das agroindústrias e *trading companies*, que ganharam dimensão e dinamis-

mo nesse período, substituindo a antiga estrutura de intermediação com mecanismos expressivos de melhoria nos processos de coordenação vertical do fluxo produção-consumo. Ganharam expressão os mecanismos de integração vertical que praticamente eliminaram as estruturas autônomas das agropecuárias individuais como na cana de açúcar - em que a matéria-prima oriunda de lavouras próprias, seja pelo plantio nas terras das usinas ou por contrato nos arrendamentos em parceria - e nas lavouras florestais - *pinnus* e eucaliptos em florestas próprias e também arrendadas. Em muitos casos tem-se a preponderância de integração contratual, como na carne avícola e mesmo na conflituosa relação da produção de sucos cítricos. Nas grandes *commodities* (algodão, milho e soja) e mesmo nas lavouras alimentares (feijão e arroz) esses mecanismos eliminaram uma enorme fragmentação de intermediários com compras diretas das grandes empresas. E na ponta do varejo surgiram e passaram a ser dominantes as estruturas das redes de supermercados.

Em síntese, nos anos de 1980 e 1990 as transformações da estrutura de mercado e conseqüentemente da formação de preços da agricultura brasileira foram tão expressivas que representaram a explicação mais relevante e contundente para a queda dos preços dos ali-

mentos. Esse processo ocorreu com solidez a partir da segunda metade dos anos de 1980, em que os movimentos contra carestia e os problemas dos preços dos alimentos estavam na ordem do dia dos movimentos sociais. Entretanto, no horizonte da oferta, além das inovações, o processo de irradiação do padrão agrário (ainda que regressivo quanto à renda rural), do lado da estrutura do fluxo de produção-consumo da agricultura, os ganhos de eficiência nos mercados e na formação de preços foram significativos, abrindo espaço para a verificada queda vertiginosa dos dispêndios das famílias paulistanas com a cesta de alimentos. Há que serem associados ainda os elementos formadores da demanda, com a queda da massa salarial por rendimentos deprimidos do trabalho e pelo aumento do desemprego. O fracasso das sucessivas tentativas de controle da inflação penalizou mais os salários que os preços dos alimentos (que podiam ser remarcados no varejo) o que turvou a compreensão da magnitude das mudanças estruturais ensejadas. De qualquer maneira, com a estabilização da economia mediante o controle do processo inflacionário no período posterior a 1995, veio apenas tornar mais nítido para toda a sociedade a contribuição da agricultura brasileira para o desenvolvimento nacional, ofertando alimentos cada vez mais baratos.

3 - FIM DO ALIMENTO BARATO COMO RESULTADO DA SUPERAÇÃO DO FANTASMA MALTHUSIANO NA CONSTRUÇÃO DO MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A reversão da tendência de queda nos preços dos alimentos no período 2001-2011 (Figura 1) exige uma leitura mais detalhada dos dispêndios da família paulista destacando as variações mensais dos custos dos alimentos. Os dispêndios mensais das famílias paulista com alimentos após recuarem, de janeiro de 2004 (R\$413,79 por mês) até agosto de 2006 (R\$377,40 por mês), passam a aumentar até janeiro de 2011 (R\$531,35 por mês), desde quando praticamente mantêm o patamar até setembro 2011 (R\$520,99 por mês) (Figura 2). Esses efeitos também se verificam com preços internacionais crescentes das *commodities* agro-

pecuárias (MENDONÇA DE BARROS, 2011), tema que inclusive ganhou destaque em fóruns internacionais, como o posicionamento do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, que em 27/01/2011 defendeu no Fórum Econômico Mundial, em Davos,

que o G-20 promova a regulação do mercado de *commodities* agrícolas e de petróleo, para evitar as grandes oscilações de preço. Para ele, a atual disparada do preço dos alimentos e do petróleo é uma das principais ameaças à recuperação global (DANTAS, 2011).

Essa preocupação internacional deriva da apreensão de que

a queda de preços continuou forte até meados de 2006, quando houve uma reversão, de sorte que entre setembro de 2006 e maio (...) [de 2011] a cesta de alimentos subiu 13.6% em termos reais. Como a produção e a produtividade continuaram a crescer nos anos recentes (e o real veio se fortalecendo), é claro que algo mais deve explicar a elevação das cotações. A forte elevação da demanda de alimentos pelos países emergentes bem sucedidos, liderados pela China, alterou o equilíbrio nos mercados internacionais implicando em elevações de preços, mesmo com a oferta global crescendo (MENDONÇA DE BARROS; RIZZIERI, 2011).

Mas essa reversão da tendência de queda dos preços dos alimentos exige mais profundidade de reflexão, dado que o incremento da demanda não resulta apenas do crescimento chinês e hindu, tendo ocorrido também no Brasil.

O entendimento da questão envolve a compreensão do desempenho da agricultura numa sociedade industrial plena que está associada à urbanização intensa. A construção da sociedade industrial de massas implicou duas determinantes básicas para o processo produtivo na agricultura, superar a histórica escassez de alimentos e vestuários resolvendo a impossibilidade de acesso a esses bens imprescindíveis para a sobrevivência humana que por séculos assolam populações isoladas - e por vezes em amplos espaços territoriais - e, ao mesmo tempo, multiplicar a capacidade da produção de cada homem que ficou no campo de forma a abastecer as multidões que foram para as cidades. Dessa forma, o desafio colocado para a agropecuária e agricultura pela sociedade industrial foi muito mais além



Figura 2 - Evolução dos Índices de Preços de Alimentos ao Consumidor Paulistano, Médias Mensais para a Cesta de Mercado, São Paulo, Janeiro de 2004 a Setembro de 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.

que a mera superação do clássico fantasma malthusiano que preceituava que

o poder de crescimento da população é indefinidamente maior que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem (MALTHUS, 1986).

A questão crucial para a sociedade consistiu em equacionar esse desafio da produção de alimentos e vestuário não apenas para exorcizar o fantasma malthusiano como também para dar conta do aumento significativo da produtividade do trabalho no campo. E exatamente nesse sentido está formulada a modernização da agricultura inserida em um segmento mais amplo dos processos de industrialização. Os desdobramentos históricos das transformações da agropecuária iriam exorcizar o fantasma malthusiano. Fantasma esse que por vezes aparece, como na crítica da vertente neomalthusiana, esta que imputa aos pobres a culpa de sua própria desgraça ao se multiplicarem em famílias numerosas, na mais pura acepção da teoria do faminto nato (GONÇALVES, 1982a, 1982b).

No Brasil,

os dados de 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) confirmam a tendência demográfica que começou na década de 1970, de desaceleração no ritmo de crescimento populacional e de envelhecimento da população (...) o país deve parar de crescer em 2030, devido ao fato de a taxa média de fecundidade (1,8 filho por mulher) se encontrar abaixo do patamar de reposição - que seria de 2,1

filhos.

E o padrão de desigualdade social está intimamente ligado a esse indicador, dado que

a fecundidade é mais elevada nas camadas de renda mais baixa, mas esses diferenciais também estão diminuindo ao longo do tempo. Em 1992, era de 3,4 filhos a diferença entre as mulheres de renda mais baixa e as de renda mais alta. Este diferencial caiu para 2,4 filhos em 2009.

E também

a maior escolaridade leva a uma taxa de fecundidade mais baixa (...). A fecundidade também diminuiu em todos os grupos considerados. Em 1992, uma mulher com nível de educação mais baixo tinha 1,8 filho a mais que aquelas com escolaridade mais alta. Em 2009, esse diferencial se reduziu para 1,3 filho (CAMARANO; KANSO, 2010).

Esse resultado não apenas desmonta o argumento malthusiano da explosão populacional como define ser a redução da disparidade social com desenvolvimento mais igualitário o elemento determinante desse processo, sendo que sociedades desenvolvidas vivem exatamente o problema inverso, qual seja de redução indesejável do contingente populacional.

A modernização agropecuária realizada em escala mundial pelas principais nações capitalistas desenvolvidas cujo desempenho similar o Brasil foi competente em concretizar fez com que os preços mundiais dos alimentos e do vestuário despencassem. Os efeitos sociais e

econômicos desse processo de modernização para os consumidores brasileiros revelam uma redução drástica da parcela da renda comprometida, uma vez que, em 1930, metade da renda das famílias era gasta com alimentos. Nos anos recentes a parcela destinada à alimentação

teve queda acentuada entre o ENDEF 1974/75 (33,9%) e a POF 2002/03 (20,8%), mantendo a redução até 2008/09 (19,8%) (GONÇALVES, 1999; IBGE, 2010).

Esses indicadores revelam que o processo de modernização agropecuária realizado pelo Brasil produziu de forma inequívoca a superação do fantasma malthusiano. Na busca da leitura crítica centrada na essência, para mais além do malthusianismo de qualquer matiz, há que ser nítido que as contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista deixaram à margem do processo nações inteiras e regiões de imensa massa de pessoas em grupos sociais menos favorecidos.

A questão central está naquilo que o mestre Celso Furtado denominou “O mito do desenvolvimento econômico”, ao afirmar em plena primeira metade da década de 1970, quando a modernização agropecuária brasileira ainda estava em curso, que

os mitos têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social (...). A literatura sobre desenvolvimento econômico (...) dá-nos um exemplo meridiano esse papel diretor dos mitos (...) se funda na ideia, que se dá por evidente (...) segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial pode ser universalizado (FURTADO, 1974).

Exatamente nesse fato pode estar um caminho para a crítica do atual modelo do desenvolvimento na sua essência, atacando as causas sem fugir do enfrentamento do embate como o mito do desenvolvimento para todos, o que socialmente se revela um processo desgastante e politicamente difícil.

Interessante destacar aqui o caso brasileiro recente de crescimento econômico com redução das desigualdades. No período 2004-2009, a “desigualdade da renda (Gini) diminuiu 5,6% e a renda média real subiu 28%”. E nesse processo “ao menos 18,3 milhões de pessoas tornaram-se não pobres”. E essa “mudança estrutural na distribuição da renda provocou a melhoria global de bem-estar” (IPEA, 2010). Esse

processo implicou mudança do hábito alimentar, levando à tendência de universalização do padrão de consumo globalizado, uma vez que entre 2002-03 e 2008-09, [o] consumo de alimentos no domicílio indica queda de itens tradicionais enquanto cresceu a proporção de comidas industrializadas (IBGE, 2010).

E ainda que esse processo tenha avançado, dado que o percentual de “domicílios brasileiros com insegurança alimentar caiu de 34,9% para 30,2% entre 2004 e 2009”, na percepção popular a propensão ao aumento do consumo se mostra elevada em função de que há “65,6 milhões de pessoas residentes em 17,7 milhões de domicílios com alguma restrição alimentar” (IBGE, 2010). O consumo aumentou reduzindo a insegurança alimentar e apresenta propensão de mais crescimento dada a manifesta restrição alimentar. Em síntese, os processos incorporadores em sociedades marcadas pelas disparidades, como a brasileira, acabam chancelando socialmente os elementos formadores do mito do desenvolvimento na forma da ilimitada aposta na possibilidade de aumento do consumo para todos.

E esse processo atingiu os mais populosos países em desenvolvimento, dado o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* no período 1990-2010, com os aumentos da renda na China (9 vezes), Índia (4 vezes), Brasil (2 vezes) e Indonésia (3 vezes). E em função desse processo generaliza-se o padrão alimentar, uma vez que o consumo *per capita* de carnes (bovino, suíno e aves em kg/hab/ano) no período 1990-2010 ficou estável nos Estados Unidos da América (112 para 116) e na União Europeia (108 para 119) e avançou no Brasil (55 para 94) e na China (23 para 55). Verifica-se que o Brasil se aproximou, nesse quesito, das principais economias desenvolvidas, a China atingiu apenas a metade de crescimento; e a média mundial, além de ter crescido muito menos (29 para 35), está em torno de um terço do padrão das sociedades desenvolvidas (PESSÔA, 2011). Portanto, esse processo incorporador de grupos sociais e nações ainda está em curso e por isso mesmo há amplo espaço para crescimento. Como o sinal da demanda para a produção se dá via preços e a oferta agropecuária responde a preços, isso gera pressão por mais terras e, por conseguinte, eleva o padrão de consumo de carnes.

Destaca-se que no plano da agropecuária brasileira, ainda dentro do padrão agrário

vigente, existe espaço para amplos percentuais de ganhos de produtividade em muitas lavouras e criações na medida em que vigoram níveis ainda elevados de disparidade tecnológica, mesmo que isso apresente conteúdo altamente regressivo. A ampliação e o aumento da irrigação, por exemplo, ainda que em uma realidade de cada vez maior escassez de água, pode incrementar significativamente os patamares de produtividade para inúmeras atividades agropecuárias, sendo que em outras como a soja as possibilidades são bem menores, exigindo esforços decisivos da pesquisa e desenvolvimento. Há também que ser considerado os impactos dos preços relativos sobre a composição de culturas com a redução da área de algumas atividades com menor capacidade de geração de renda agropecuária por unidade de área. E os preços relativos futuros favoráveis aos alimentos, numa condição em que as famílias gastam proporcionalmente parcela reduzida da sua renda com alimentos podem, no limite, levar a alterações do uso atual de solos extremamente férteis, como a faixa paulista de latossolo roxo ocupada com cana para indústria abrindo espaço para alimentos ao invés da produção de matéria-prima para energia.

Os desdobramentos serão inevitáveis se mantida a tendência de aumento dos preços dos alimentos. O dilema consiste-se em como para os com renda suficiente os impactos se mostrarão menos contundentes que os impactos dramáticos nas populações com baixa ou sem renda. A leitura simplista de que preços maiores de alimentos significam uma oportunidade para o Brasil não levam em conta que internamente os reflexos poderão ter corolários políticos e sociais internos de difícil enfrentamento. A estrutura atual das políticas públicas que ensejam prioridade para a incorporação de faixas expressivas da população de baixa renda ao mercado de consumo, ainda que com elevadas inversões de recursos públicos, faz com que as pressões de preços dos alimentos, se a tendência se manifestar por prazo mais largo, exijam somas crescentes de gastos correntes. O ajuste com bases em reformas institucionais postergadas dentre as

quais a reforma tributária e a reforma previdenciária se mostrarão então inexoráveis. Os preços nas sociedades capitalistas conformam o termômetro que mede o consumo. Quando em alta, refletem em febre que manifesta a inflamação, que na musculatura econômica conforma a inflação, a qual, se não combatida, reduz a capacidade de movimento e com isso de resposta da economia. O dilema do fim do alimento barato se mostra mais complexo que à primeira vista pode parecer. Entender essa complexidade é o desafio para pensar o processo de desenvolvimento econômico do capitalismo mundial e brasileiro em particular.

Os movimentos recentes de expansão agropecuária devem ser entendidos como resultado desse processo econômico de desenvolvimento incorporador no plano social. A crítica consistente de qualquer matiz, inclusive ambiental, deve, dessa forma, voltar-se para as causas desse processo que diz respeito ao conteúdo do próprio desenvolvimento, reproduzindo o mesmo padrão de consumo. O dilema persiste, uma vez que se a oferta não responder é obstado o processo incorporador de redução das desigualdades internas e da incorporação dos populosos países emergentes. E não há como impedir o fato de que o Brasil jogue papel estratégico nesse processo pela sua liderança na agricultura tropical. O processo avança tal como está desenhado, apesar da advertência de Celso Furtado ao questionar

o que aconteceria se o desenvolvimento econômico para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra (...), se as atuais formas de vida dos povos ricos chegassem efetivamente a universalizar-se? (...). A resposta é clara (...) a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seria de tal ordem (...) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (FURTADO, 1974).

Em outras palavras, a superação do fantasma malthusiano teria se dado sob a égide da construção do mito do desenvolvimento econômico.

LITERATURA CITADA

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **PNAD 2009** - Primeiras análises: tendências demográficas. 2010. 24 p. (Comunicado do IPEA n. 64).

DANTAS, F. Sarkozy quer ação do G-20 para baixar preços agrícolas e petróleo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2011. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/1/28/sarkozy-quer-acao-do-g-20-para-baixar-precos-agricolas-e-petroleo/>>. Acesso em: 06 fev. 2011.

DIAS, G. L. S. O papel da agricultura no processo de ajustamento estrutural no Brasil. In: ROCCA, C. A. (Org.). **Brasil 1980: os desafios da política econômica**. São Paulo: FIPE/USP, 1988, p. 245-288.

FRAGA, C. C. Considerações sobre uma política de abastecimento alimentar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 1-16, jul. 1960.

FURTADO, C. A profecia do colapso. In: _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 15-20.

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos oitenta. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, ano 37, tomo 1, p. 183-204, 1990.

_____; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. P. R. **Produtividade e crescimento da agricultura brasileira**. Brasília: IICA Brasil, 2008. 6 p. Mimeo.

GONÇALVES, J. S. **A crise de alimentos sob a égide do capital**. 1982. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrônoma) - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 1982a.

_____. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 7-36, abr. 2005a.

_____. Aspectos ideológicos da pregação antinatalista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS, 2., 1982, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: ESALQ/USP, p. 118-121, 1982b.

_____. Dinâmica da agropecuária paulista no contexto das transformações da sua agricultura. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 12, p. 65-98, dez. 2005b.

_____. **Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira**. São Paulo: CSPA/SAA, 1999. 373 p.

_____. et al. Novos títulos financeiros do agronegócio e o novo padrão do financiamento setorial. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 7, p. 63-90, jul. 2005.

_____, RAMOS, S. de F. Inovações tecnológicas e padrão de financiamento nos mega-algodoais dos cerrados brasileiros: mudança de paradigma e exclusão produtiva. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 10, p. 27-36, out. 2007.

GONÇALVES, S. P.; NEVES, E. M.; GONÇALVES, J. S. Feijão: produtividade e consumo. **Agroanalysis**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 3-14, 2007.

HOMEM DE MELLO, F. B. Agricultura de exportação e o problema da produção de alimentos. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 101-122, 1980.

_____. **Disponibilidade de alimentos no Brasil e impactos distributivos**, São Paulo: IPE/USP, 1982. (Trabalho para Discussão n. 44).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **POF 2008/09 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. **Banco de dados**. São Paulo: IEA, 1990-2011. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>>. Acesso em: 04 out. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA DE ECONOMIA APLICADA - IPEA. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010. (Comunicados IPEA n. 58).

JOHNSTON, B. F.; MELLOR, J. W. The role of agriculture in economic development. **The American Economic Review**, California, Vol. 51, Issue 4, pp. 566-593, Sep. 1961.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 271-384. (Os economistas).

MENDONÇA DE BARROS, J. R. M. de. O fim do alimento barato. In: CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRO-NEGÓCIO, 10., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABAG, 2011.

_____. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. In: VEIGA, A. (Org.) **Ensaio sobre política agrícola brasileira**. São Paulo: SAA, 1979. p. 9-36.

_____.; RIZZIERI, J. B. **O fim do alimento barato?** São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.mbassociados.com.br>>. Acesso em: 18 dez. 2011.

PAIVA, R. M. **O problema dos alimentos**. São Paulo: SAA, 1949, 18 p.

PESSÔA, A. S. M. O mercado mundial de commodities. In: SEMINÁRIO PERSPECTIVAS PARA O AGRIBUSINESS EM 2011 E 2012, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: BM&F/BOVESPA, 2011. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/agribusiness2011>>. Acesso em: 04 out. 2011.

RANGEL, I. **A questão agrária brasileira**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

_____. Crise agrária e metrópole. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 4-8, 1986.

SANTIAGO, M. M. D. et al. (Coord.). **Estatísticas de preços agrícolas no Estado de São Paulo**: preços no atacado e no varejo. Série Informações Estatísticas da Agricultura (Sér. inf. estat. agric.). 1990. 3v.

SILVA, C. R. L. **Inovação tecnológica na agricultura brasileira**: aspectos distributivos. 1992. 216 p. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SCHILLING, P. Da estrutura agrária brasileira. In: SILVA, J. G. da; WANDERLEY, M. N. B. **A questão agrária**: textos dos anos sessenta, São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 89-107. (Texto escrito em 1961).

**FIM DO ALIMENTO BARATO:
ressurreição do fantasma malthusiano ou manifestação do
mito do desenvolvimento econômico**

RESUMO: *Este trabalho analisa a questão dos preços dos alimentos no processo de desenvolvimento da agropecuária brasileira. Nos anos de 1960 a carestia dos alimentos esteve associada a problemas estruturais derivados da não realização da reforma agrária nas transformações do campo brasileiro. A modernização agropecuária com o crédito rural subsidiado, posterior à metade da década de 1960, reduziu os reclamos sociais pelos preços dos alimentos. A crise do padrão de financiamento via*

dívida pública no final dos anos de 1970 foi seguida de nova crise de carestia nos anos de 1980, quando tomou força a dicotomia entre exportáveis e domésticos. Também a partir dessa década em diante ocorreram mudanças estruturais expressivas no fluxo produção-consumo, incorporando praticamente todas as atividades agropecuárias e regiões. Com isso, internaliza-se a queda expressiva dos preços internacionais de alimentos com baixa significativa dos dispêndios das famílias paulistanas na aquisição da cesta de alimentos. Desde 2006, entretanto, os preços dos alimentos revertem a tendência de queda, suscitando a conclusão de que o ciclo do alimento barato teria chegado ao fim. O crescimento dos países emergentes e os processos de inclusão social como o brasileiro constituem o elemento detonador desse movimento altista, sem que isso se configure como ressurreição do fantasma malthusiano, dada a redução do crescimento populacional com o desenvolvimento econômico. Mas, para os excluídos e os de baixa renda, esse aumento pode ter efeitos dramáticos, colocando em risco o próprio movimento de incorporação social. Está presente a advertência do mito do desenvolvimento econômico facultado a todos.

Palavras-chaves: preços agropecuários, desenvolvimento econômico, modernização agropecuária, mudanças estruturais.

**END OF CHEAP FOOD:
resurrection of the malthusian specter or the myth of
economic development expressions of**

ABSTRACT: *This paper analyzes the issue of food prices in the process of development of Brazilian agriculture. In the 1960s the food crisis was associated with structural problems arising from non-implementation of agrarian reform in the transformations of the Brazilian countryside. The agricultural modernization with the subsidized rural credit after the mid-1960s reduced the social demands for food prices. The crisis of the pattern of financing through public debt in the late 1970s was followed by a new crisis of famine in the 1980s when the dichotomy between domestic and exportable gained impetus. Also since that decade significant structural changes occurred in the production-consumption flow incorporating virtually all agricultural activities and regions. This internalized a significant drop in international prices of food with a significant drop in São Paulo's household expenditure on staple foods. Since 2006, however, food prices have reversed the downward trend prompting the conclusion that the cycle of cheap food has come to an end. The growth of emerging countries and the processes of social inclusion, such as the Brazilian, have triggered this upward movement, although this is not set as a resurrection of the Malthusian specter given the reduction of population growth with economic development. But for excluded and low-income families this increase may have dramatic effects, thereby endangering the very movement of social incorporation. This is the warning of the myth of economic development provided to all.*

Key-words: *agricultural prices, economic development, agricultural modernization, structural changes.*

Recebido em 04/01/2012. Liberado para publicação em 22/03/2012.